



o festim ainda não acabou

26

Vinte e seis é que está bem!

Licínio Lima já tinha identificado o grande contributo de Portugal para a história da educação mundial: ***Em escolas pequenas, não se aprende!***

Coerentemente, o Governo não teve outra solução senão fechar tudo o que é escola pequena. 297, só este ano. Nabos são os franceses e, imagine-se, os estado-unidenses, que tudo apostaram neste processo e agora começam a fazer o percurso contrário.

É conhecida a posição do Sindicato dos Professores do Norte no que toca a esta matéria – no essencial, condena-se o critério esquadrihado administrativamente para o encerramento com base na linha traçada pela régua e achada pelo transferidor, sem que, na maioria esmagadora dos casos, as comunidades educativas sejam ouvidas. E, ao que por aí se diz, casos há em que tampouco as autarquias foram tidas ou achadas. O que o SPN condena é este encerramento sem condições, onde, não raramente, os alunos são deslocados (palavra bonita, esta) para outras escolas iguaizinhas às suas, provavelmente para não haver nenhum choque no processo de integração, numa espécie de *assim como assim*, os alunos não tinham condições e não, que mais dá? Ao menos, sempre se poupam uns cobres...

Agora, em jeito cartesiano, Nuno Crato chegou a uma outra clarividência e acrescenta à frase de Licínio, à laia de epitáfio, ***E em turmas pequenas, também não!***

Eis o novo e brilhante contributo para a história da educação. Aqui, o assim como assim centra-se em 26 alunos/turma, número mágico com que se vai combater o insucesso, pelo menos no 1º Ciclo. Já todos imaginamos, por altura de 2015, ano de contabilidade destas e doutras coisas, a crucificação em praça pública dos professores portugueses que são todos uns maganões face aos colegas finlandeses, ou outros que na altura estejam a dar. Se não, vejam-se os resultados! E lá virão eles, os resultados, porque o número de alunos por turma é minudência sem qualquer importância. São trocados! Os finlandeses, regra geral, não têm mais de 20 alunos por turma. A Fenprof nem pede muito, pede 19, o MEC impõe 26.

Mas também que importância tem isso? Na Coreia do Sul é muito pior – bem sei que a net é muito mentirosa, mas eu li que a média, lá, é de 33 alunos por turma. De resto, e recuperando uma velha máxima salazarista, não é verdade que três sardinhas dão para alimentar nove bocas?

Num exercício matemático estranho (ele lá sabe que contas fez, porque é mestre em álgebra), Nuno Crato concluiu que onde aprendem 24, também aprendem 26.

Essa é que é essa! E sempre dá para poupar mais uns cobres...

Rogério Ribeiro
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º · 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Tempo de dificuldades e de desafios

O país vive uma situação económica e social extraordinariamente difícil. Os planos de austeridade sucedem-se, com consequências dramáticas a vários níveis. O Governo fala de crescimento económico e da criação de emprego sem conseguir explicar como é isso possível num contexto de recessão económica, de precariedade e desemprego, de desigualdades e pobreza.

Os empréstimos da *troika*, a juros incomportáveis para um país em dificuldades, salvaguardam os interesses dos credores. E para não “afugentar” os detentores das grandes fortunas, castiga-se a classe média, reduzem-se salários e pensões e impõe-se um aumento brutal de impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre bens essenciais. Atacam-se os direitos laborais e diminui-se a protecção social, substituindo o princípio da solidariedade pelo do assistencialismo. E, claro, avança-se com as privatizações. Sectores estratégicos para o Estado, como a Educação, a Saúde, a Energia ou os Transportes, passam a ser vistos como áreas de negócio, pondo em causa a garantia da universalidade de direitos básicos num Estado Social.

Na Educação, como noutras áreas, o Governo propõe-se ir além do que a *troika* impôs. Em vez de um corte de 400 milhões de euros nos próximos dois anos, avança com 500 milhões só em 2012. O documento de estratégia orçamental 2011-2015 prevê medidas que terão um forte impacto na redução do emprego docente e na degradação da qualidade de ensino, nomeadamente o aumento do número de alunos por turma, a supressão de ofertas no Ensino Básico, o encerramento de escolas e a criação de mega-agrupamentos.

Para o Ensino Superior, que não está sequer referenciado no memorando da *troika*, foi anunciado um corte de cerca de 10%. Para fazer face a esta situação, as instituições admitem como hipóteses o despedimento de docentes, o aumento das propinas ou a diminuição dos apoios sociais.

As dificuldades criadas à Escola Pública com estas fortíssimas restrições orçamentais são insustentáveis e inaceitáveis. Isto não significa que não seja possível e necessário eliminar despesa e desperdício de serviços. Mas a Educação, a Ciência e a Investigação são sectores estratégicos demasiado importantes para o desenvolvimento do país para estarem sujeitos a uma tal asfixia financeira.

Por isso, no início de um ano lectivo que começa com mais de 35 mil docentes no desemprego e centenas de professores do quadro sem colocação, ao mesmo tempo que as escolas se vêem sem crédito de horas para desempenho de cargos, desenvolvimento de projectos ou apoios educativos, temos de reafirmar que não é possível pensar no alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, na definição de metas mais exigentes para a redução do insucesso e abandono escolares, no aumento da frequência do Ensino Superior ou numa maior qualificação dos portugueses, sem dotar os estabelecimentos de ensino dos recursos humanos e materiais necessários. Só quem não faz ideia do que são, hoje, o quotidiano de uma escola e o ritmo de trabalho dos professores pode pensar que vão conseguir fazer mais com menos recursos.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

Um apontamento final sobre a alteração do regime de avaliação do desempenho, que marca também o início deste ano lectivo.

O modelo acordado entre o Ministério da Educação e Ciência e alguns sindicatos, apesar da simplificação burocrática e do alargamento dos ciclos avaliativos, não se distancia do anterior em questões essenciais: não tem uma matriz formativa e mantém um número excessivo de menções, bem como quotas para as classificações mais elevadas.

Tendo em conta a oposição que os professores sempre manifestaram a um tal modelo e o compromisso do ministro Nuno Crato de que as mudanças se fariam “com os professores”, é caso para dizer que não passou no primeiro exame.

1^{Grande} MANIFESTAÇÃO 1 OUTUBRO



CONTRA O **EMPOBRECIMENTO**
E AS **INJUSTIÇAS**

Emprego, Salários, Pensões e Direitos Sociais



41 anos de luta com os trabalhadores

Basta de silêncio e passividade

No dia 1 de Outubro, os trabalhadores portugueses, e a população em geral, vão expressar nas ruas de Lisboa e do Porto a sua indignação perante a continuidade de soluções para a crise assentes sempre no mesmo princípio: mais e mais sacrifícios pedidos aos mesmos, os trabalhadores e as suas famílias. Até onde pensam os nossos governantes que o povo aguenta esta escalada?

Não restarão já dúvidas a ninguém de que o pedido de mais sacrifícios é sempre endereçado à classe trabalhadora e de que, quando se pensa em taxar os mais ricos e as grandes fortunas, logo se desiste da ideia.

Mas, afinal, onde nasceu a crise, quem a provocou e quem ainda se prepara para lucrar com ela? Os trabalhadores não são, seguramente. Cada vez que vemos Passos Coelho, de sorriso rasgado, a apertar a mão a Angela Merkel, logo percebemos que foi mais uma vez ao

beija-mão e receber novas instruções sobre cortes nas despesas públicas, mais despedimentos, novos abaixamentos de salários, mais cortes na Segurança Social e ou outras quaisquer “soluções” que estes figurões não se cansam de inventar.

O documento da CGTP-IN sobre a política reivindicativa para 2012 refere que “a política de austeridade conduziu já o país a uma nova recessão, com início no quarto trimestre de 2010. Isto é, mesmo sem a aplicação de medidas, ainda mais gravosas, previstas no Acordo (das *troikas*). O que é revelador de uma contradição de fundo entre a política para reduzir a dívida e o crescimento: quanto maior for a austeridade, mais se reduz a actividade económica e mais aumenta o peso da dívida”.

A central sindical considera que existem “três eixos fundamentais, nos quais se inserem as reivindicações mais prementes para 2012:

- a melhoria do poder de compra dos salários e das pensões, para dinamizar a procura interna, criar empregos e desenvolver o país;
- o trabalho seguro e com direitos, como factor do desenvolvimento do país;
- a segurança e a protecção social, como instrumentos essenciais para a coesão da sociedade”.

Afirmar estas exigências também na rua, e de forma massiva, é um direito incontornável do povo português, conquistado em Abril de '74. Gostem ou não os nossos governantes, inesperadamente demonstrando grande desorientação perante o anúncio de lutas próximas.

Paulo Portas considera ilegítimas, à partida, quaisquer greves que venham a realizar-se. Passos Coelho vai mais longe e fala em tumultos e que alguém(?) quer “incendiar” as ruas. Estão nervosos, certamente, e também por isso há que lhes demonstrar que estamos em Portugal e que os trabalhadores portugueses saberão usar todos os direitos constitucionais que a democracia lhes reserva.

E porque sabem que há outras soluções para o combate à crise que não criaram, os trabalhadores vão encher as ruas de Lisboa e do Porto no próximo dia 1 de Outubro. O Sindicato dos Professores do Norte lá estará, como é seu dever e sua prática habitual.



Abel Macedo
Direcção do SPN

Avaliação do desempenho docente: concluído o processo negocial, o que vai mudar, de facto?

Agora que terminou o processo negocial aberto pelo MEC em torno da avaliação do desempenho docente, importa acima de tudo tentar identificar, de uma forma sucinta, as principais diferenças entre o que vigorou até agora, ao abrigo sobretudo do Decreto Regulamentar n.º 2/2010, e o que irá constar do novo diploma regulamentar a publicar. Sem esquecer também a referência ao que se mantém inalterável e que levou a que os educadores e professores não tenham mandatado a FENPROF para assinar com o MEC um acordo que outras organizações sindicais (!) se apressaram a subscrever...

Aliás, para a FENPROF, a eventual assinatura de um acordo estava dependente da aceitação pelo MEC de outros compromissos, onde se incluíam a antecipação da realização de um concurso interno e externo para 2012, o desbloqueamento da progressão nas carreiras, o estabelecimento de um faseamento visando a recuperação do tempo de serviço não contado para carreira, o estabelecimento de regras para a vinculação dos docentes contratados com um número elevado de anos de serviço, a produção de medidas adicionais de protecção na doença, ou a resolução da situação de docentes integrados na carreira sem o grau de licenciatura, que, penalizados pela anterior estrutura de carreira, não têm condições (leia-se tempo!) de aceder ao topo da nova carreira.

E é mesmo por aqui que começamos, pelas semelhanças entre o que ainda existe e o que aí vem...

Para o SPN e a FENPROF, e apesar da nova regulamentação a produzir, onde reconhecemos alguns progressos significativos, o modelo de avaliação do desempenho continuará na essência o mesmo, do qual está praticamente ausente o carácter formativo que deveria ser sua principal marca, continuando-se a assumir sobretudo como um modelo orientado para o controlo do desenvolvimento da carreira docente.

Com efeito, o modelo prevê mecanismos de aceleração ou atraso na progressão, limitações administrativas às classificações mais elevadas (quotas) e inclui ainda condições e mecanismos específicos de controlo do acesso a determinados escalões (observação de aulas e vagas), para mais numa fase inicial do desenvolvimento da carreira, como é o caso do acesso aos 3.º e 5.º escalões de uma carreira com dez. Algo que ainda faz menos sentido se se recordar que a progressão na carreira se encontra bloqueada...

Outros aspectos inalterados: cinco menções qualitativas, número que consideramos excessivo (no Ensino Particular e Cooperativo, onde a FENPROF deu o seu aval a um acordo que também abrangeu esta matéria, elas são apenas três) ou os objectivos individuais, que continuam, agora designados como projecto docente, mas mantendo, no entanto, o carácter facultativo que já tinham.



arquivo SPN

Mantêm-se vários problemas...

À margem deste processo, mas sem dúvida influenciando-o e muito, mantêm-se também os actuais departamentos curriculares – claramente desajustados em relação às necessidades de organização pedagógica e de funcionamento de escolas e agrupamentos e não tendo em conta as especificidades de cada um – e os seus coordenadores continuam a ser nomeados pelo director e não eleitos pelos docentes, o que seria sempre um importante factor de legitimação perante os seus pares.

A avaliação do desempenho continuará a ter implicações nos concursos, ainda que tanto a menção de Bom como a de Muito bom sejam bonificadas com um valor na graduação profissional, mas agora apenas para o concurso de contratação, um tratamento diferenciado entre docentes dos quadros e contratados com que não podemos estar de acordo. Os docentes contratados deixam de poder requerer a observação de aulas e, por esse motivo, é-lhes vedada a possibilidade de obterem a menção de Excelente, daí a referência atrás apenas às menções de Bom e Muito bom.

Para agravar a situação, esta decisão não deixa claro que os docentes que venham a ter contratos inferiores a 180 dias, e que por esse motivo não serão avaliados, não acabem por ser prejudicados – apesar de o MEC garantir a contagem desse tempo de serviço – por não poderem aceder a uma bonificação que outros poderão ter. E lembra-se que um docente pode ter, num ano, dois contratos de 5 meses, perfazendo até nesse ano mais tempo de serviço do que um colega que tenha apenas um contrato de 6 ou 7 meses...

... mas há algumas mudanças positivas

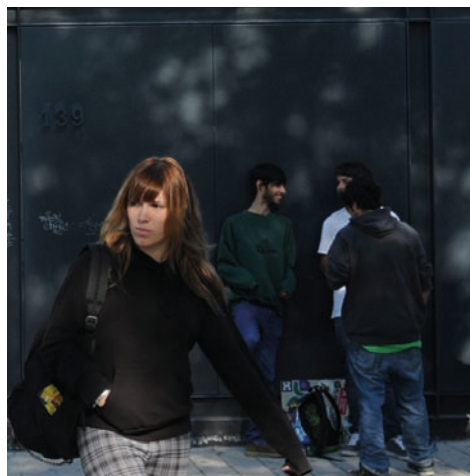
Quanto a diferenças, elas também existem e reconhecemos mesmo o carácter positivo de várias, pelas quais, independentemente da não assinatura do acordo final, a FENPROF se bateu, pugnando sempre pelas soluções que melhor servissem os interesses da escola, da qualidade do serviço educativo prestado e dos docentes.

Assim, assinala-se positivamente a desburocratização de procedimentos, para a qual contribuem, designadamente, o alargamento da duração dos ciclos avaliativos, a limitação da observação de aulas, nos casos em que é obrigatória, ao último ano de cada ciclo, ou a substituição das grelhas de auto-avaliação por um relatório crítico da actividade exercida, elaborado sinteticamente e que não poderá incluir quaisquer anexos, o que significará o erradicar definitivo do vírus “evidencial” que tão gravemente contagiou a escola portuguesa no ano de 2010/2011...

José Manuel Costa
Direcção do SPN

Avaliação nos últimos escalões: polémica e equívocos

Cabe aqui esclarecer que não foi o SPN que exigiu que os professores em topo de carreira fossem também avaliados



Ana Alvim

A proposta inicial do MEC, apresentada a 12 de Agosto, previa que os docentes situados nos 9.º e 10.º escalões, bem como os do 8.º, estes desde que sempre tivessem sido avaliação com a menção mínima do Bom, fossem dispensados da avaliação do desempenho. A partir da versão seguinte, entregue a 29 de Agosto, tal proposta foi abandonada e substituída por um regime especial de avaliação, que não incide sobre a dimensão relativa ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Este regime abrange também os docentes a desempenhar determinadas funções de direcção e coordenação.

Ora, esta atitude por parte do MEC desencadeou alguma polémica, tendo surgido, em blogs, mails e outras fontes, vários comentários atribuindo à FENPROF a responsabilidade por essa alteração da proposta do Ministério.

Ora, cabe aqui esclarecer que não foi a FENPROF que exigiu que os professores em topo de carreira fossem também avaliados. Houve, de facto, sindicatos de outras federações (no nosso país abundam, infelizmente, os sindicatos de professores...) que se manifestaram claramente contra a dispensa, mas a posição do SPN e da FENPROF

foi a que consta dos pareceres entregues ao MEC, e que pode ser consultada nos sites da Federação e dos seus sindicatos.

Desde logo, relativamente ao regime inicialmente proposto, procurámos esclarecer se a intenção do MEC era criar um corpo de avaliadores, situados nos escalões mais elevados, os quais, dispensados de avaliação de desempenho pedagógico, seriam avaliados na qualidade de avaliadores, tanto internos, como externos, tendo como único avaliador o director da escola e em condições e com consequências que não eram conhecidas. Assim, questionámos o MEC sobre se seriam esses docentes que, maioritariamente, ou mesmo exclusivamente, seriam nomeados avaliadores e se, por essa razão, se sujeitariam a uma avaliação específica. Além disso, assumimos que, no modelo de avaliação que defendemos, que é um modelo de cariz essencialmente formativo e cooperativo, não faria sentido haver dispensas. Mas, como o modelo apresentado não é manifestamente esse modelo formativo, se o MEC entendesse definir um procedimento diferenciado a partir de um determinado escalão da carreira e para um determinado conjunto de professores, deveria considerar o seu alargamento a docentes que estão em situações idênticas, a saber: i) professores que tendo o mesmo ou mais tempo de serviço do que os colegas que já estão no 8º ou 9º escalões, por razões várias ficaram retidos em escalões mais baixos; ii) professores que desempenham cargos de gestão intermédia idênticos aos referidos. Ou seja, se o ME integra no que ficou agora definido como um regime simplificado os colegas que são assessores da Direcção, não se entende que, por exemplo, um coordenador de estabelecimento fique de fora. Lembra-se que, no caso dos mega-agrupamentos, um coordenador de estabelecimento coordena a escola EB 2/3 de que, em alguns casos, no ano anterior era director...

Uma última nota para clarificar ainda melhor a questão em causa: na última reunião negocial, realizada em 9 de Setembro, foi afirmado pelo MEC que não puderam manter a proposta de dispensa, porque, consultada a Administração Pública, concluíram que essa proposta era ilegal. Estando estabelecido que só conta o tempo de serviço que é avaliado, os colegas que não fossem avaliados não poderiam progredir na carreira. E, para além disso, todos têm que ser avaliados, pelo que nem sequer os docentes que vão pedir a aposentação podem ficar dispensados, nos termos da lei. Poderão apenas requerer essa dispensa, que lhes será ou não excepcionalmente concedida.

J.M.C.

Avaliação em plenários distritais



Henrique Borges

No âmbito de uma iniciativa nacional descentralizada, promovida pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizou, no dia 7 de Setembro, uma série de plenários de educadores e professores nas áreas correspondentes às direcções distritais: Aveiro/Norte, Braga, Bragança, Porto (na foto), Viana do Castelo e Vila Real. O objectivo principal da iniciativa era esclarecer e auscultar os docentes relativamente à derradeira proposta do Ministério da Educação e Ciência (MEC) para a avaliação do desempenho docente.

Nos plenários realizados participaram dezenas de educadores e professores e, apesar de o número de presenças não ter sido tão significativo quanto poderia (o que se lamenta), os debates foram muito participados e muito claros quanto à vontade dos professores do Norte, que rejeitaram expressiva e inequivocamente a possibilidade de a Fenprof subscrever qualquer acordo com o MEC que não salvaguardasse três questões essenciais: a abolição de quotas nas menções *Muito Bom* e *Excelente*, a retirada dos efeitos da avaliação nos concursos e a diminuição do número de menções.

Para lá das questões relativas à avaliação (as referidas e outras), os educadores/professores levaram aos plenários outras preocupações, designadamente sobre a arbitrariedade de critérios nas contratações de oferta de escola, o desrespeito pela protecção à maternidade na avaliação de desempenho, nos concursos e na dispensa para amamentação, o modelo de gestão e os poderes dos directores, a compensação por caducidade de contratos, entre outras.



arquivo SPN

PALÁCIO KADRIORG (ESTÓNIA). Apesar de sabermos que a *troika* europeia e o Governo português querem tirar 450 milhões de euros aos pensionistas, aposentados e reformados, o Sindicato dos Professores do Norte não abdica de proporcionar aos seus sócios aposentados momentos de convívio, lazer e cultura. Foi o que aconteceu em Junho, nos países bálticos e em S. Petersburgo. Cada um dos cinco países visitados tem as suas características e diferenças, mas todos foram colonizados por russos, dinamarqueses, alemães e polacos, na ânsia de encontrarem passagem para o mar. No entanto, a população autóctone nunca abdicou das suas raízes e conseguiu manter a identidade. De destacar os mercados de Helsínquia, onde se vendiam cerejas e mirtilos de Portugal, e de Riga, com toda a espécie de peixes fumados. Riga é uma cidade fascinante, onde as ruas de cidade antiga (século X) contrastam com os edifícios Arte Nova, património mundial da humanidade. Da Letónia, não esqueçamos o palácio que Catarina, a Grande ofereceu à professora dos filhos – há sempre alguém que reconhece o nosso valor! (Teresa Maia Mendes)

Grupo de Recrutamento	Contratados	Horários completos	Renovações	TOTAL horários completos	TOTAL colocados
100 Educação Pré-Escolar	287	287	275	562	562
110 1º Ciclo do Ensino Básico	252	252	821	1073	1073
200 Português e Estudos Sociais/História	186	115	247	362	433
210 Português e Francês	69	36	108	144	177
220 Português e Inglês	248	136	413	549	661
230 Matemática e Ciências da Natureza	423	249	923	1172	1346
240 Educação Visual e Tecnológica	327	168	442	610	769
250 Educação Musical	170	38	122	160	292
260 Educação Física	173	68	255	323	428
300 Português	324	152	385	537	709
310 Latim e Grego	1	0	1	1	2
320 Francês	124	26	171	197	295
330 Inglês	241	90	178	268	419
340 Alemão	1	0	1	1	2
350 Espanhol	159	132	101	233	260
400 História	353	121	385	506	738
410 Filosofia	204	83	330	413	534
420 Geografia	335	87	343	430	678
430 Economia e Contabilidade	209	141	301	442	510
500 Matemática	509	224	979	1203	1488
510 Física e Química	498	192	646	838	1144
520 Biologia e Geologia	490	188	676	864	1166
530 Educação Tecnológica	114	30	72	102	186
540 Electrotecnia	28	27	37	64	65
550 Informática	244	225	308	533	552
560 Ciências Agropecuárias	15	12	6	18	21
600 Artes Visuais	200	124	209	333	409
610 Música	38	16	22	38	60
620 Educação Física	505	206	630	836	1135
910 Educação Especial 1	542	542	604	1146	1146
920 Educação Especial 2	9	9	7	16	16
930 Educação Especial 3	0	0	0	0	0
	7.278	3.976	9.998	13.974	17.276



Ana Alvim

DESEMPREGADOS, mais uma vez

Mais uma vez, o ano lectivo começou sob a negra mancha do desemprego. Cerca de 38 mil docentes foram *despejados* no desemprego e a precariedade de quem consegue emprego acentua-se.



Em devido tempo, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) alertou para o perigo e repercussões que as opções políticas então assumidas iriam ter e que em Setembro iríamos assistir ao maior despedimento colectivo de sempre. Várias foram as iniciativas de denúncia desenvolvidas pelos sindicatos ao longo do ano lectivo anterior, numa tentativa não só de chamar a atenção para uma situação grave, mas também no sentido de apelar ao inconformismo e à importância de reagir.

Não é fácil viver na incerteza e com o futuro a apontar sistematicamente para a precariedade e o desemprego. Não é fácil, mas também não é inevitável! E o conformismo não é solução!

É urgente (*re*)agir! É urgente contestar! É necessário *exigir* outras opções educativas! Neste concurso, cerca de 38.000 docentes candidatos a contratação ficaram no desemprego e centenas de docentes dos quadros ficaram sem colocação. E a instabilidade e a precariedade atingiram números como nunca se viu [na página anterior, os números da colocação de contratação de 31 de Agosto]. Por tudo isto, no dia 16 de Setembro, em todo o país, os docentes participaram numa iniciativa descentralizada promovida pela Fenprof contra o desemprego, contra os contratos sem regras e contra a instabilidade que se abate sobre todos os docentes.

Na área do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a iniciativa denominou-se *Escalada pelo Emprego: Vem Tomar Café Conosco e (re)Age!* e constou de uma simulação de escalada, com o objectivo de demonstrar as dificuldades com que os docentes se deparam para conseguir emprego. Tendo começado com uma concentração na Avenida dos Aliados, onde se desenvolveram várias actividades, terminou com a deslocação de uma delegação até à Direcção Regional de Educação do Norte, onde foi entregue um documento no qual se expressam as principais preocupações e reivindicações nesta matéria.

Compensação por caducidade de contrato

Os professores que cessam o contrato e não obtêm colocação têm direito a uma compensação por caducidade do contrato, por força dos disposto no nº 3 do Artigo 252º do Regulamento do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei 59/2008, de 11 de Setembro). Quem o afirma é o Provedor de Justiça, através de parecer emitido sobre a matéria, dando assim razão ao entendimento do SPN e da Fenprof sobre este assunto. Neste sentido, os docentes que a ele tenham direito devem preencher o requerimento disponível no *Guia de Sobrevivência dos Professores Contratados* (www.spn.pt) e entregá-lo na sua escola – se a resposta da direcção de escola/agrupamento, que deve ser dada por escrito, for negativa, devem dirigir-se ao sindicato.

Júlia Vale

Direcção do SPN

Finalmente notificado o ex-director da EBI de S. Vicente de Pereira

Direcção Regional de Educação do Centro

Aviso n.º 15647/2011

Por se ter frustrado a notificação pessoal e por carta registada, torna-se público que o Dr. Manuel Ribeiro Batista Ferreira, Director da Escola Básica Integrada de S. Vicente de Pereira — Jusã, é notificado, nos termos e para os efeitos conjugados do n.º 1 do artigo 57.º e n.º 2 do artigo 49.º, ambos do Estatuto Disciplinar aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro, de que por meu despacho, datada de 06 de Maio de 2011, e com os fundamentos constantes do Relatório Final e da Informação n.º I/EMADAE/491/2011 datada de 03 de Maio de 2011, lhe foram aplicadas as seguintes penas disciplinares, a título principal, a pena de suspensão, graduada em 180 dias, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º e, acessoriamente, a pena de cessação da comissão de serviço prevista no n.º 2 do artigo 19.º, ambos do referido Estatuto Disciplinar, com início de produção de efeitos 15 dias após a publicação deste Aviso nos termos do artigo 58.º do mesmo diploma.

Fica ainda notificado do prazo de 20 dias contado da publicação deste Aviso para, querendo, interpor recurso hierárquico para o membro do Governo competente, nos termos do artigo 60.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro.

1 de Agosto de 2011. — A Directora Regional de Educação do Centro, Helena Libório.

Poderia e deveria ter sido este o desfecho – ainda assim extraordinário – de uma história triste. Mas não foi, de facto. A 26 de Maio de 2010, o então director da Escola Básica Integrada de S. Vicente de Pereira - Jusã (Ovar) tentou impedir o exercício de direitos fundamentais, como o direito sindical, e intimidar duas dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) com a presença da GNR, chamada por alegada invasão daquele estabelecimento pelas duas sindicalistas, como se fossem duas criminosas.

Na sequência deste acontecimento insólito, e prontamente denunciado à Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), foram chegando ao SPN informações sobre comportamentos do ex-director que indiciavam práticas de gestão de duvidosa legalidade e que motivaram novas participações à DREC e à Inspeção-Geral de Educação (IGE). Os processos disciplinares instaurados pela tutela vieram a apurar a justeza das denúncias

e motivaram penas aplicadas por despacho da directora regional (06.05.2011), de que Manuel Ferreira só viria a tomar conhecimento três meses depois (!), através de Aviso publicado em Diário da República (09.08.2011).

O que aconteceu, entretanto? Tanto quanto nos foi possível apurar, entre 6 e 18 de Maio, o ex-director esteve ao serviço na escola. Entre 18 de Maio e 15 de Julho, esteve “doente” e a faltar com atestado médico. Depois de 15 de Julho, trabalhou alguns dias e ficou novamente “doente”, tendo retomado o serviço, definitivamente, em 6 de Agosto. Já então, a directora regional do Centro tinha decidido enviar a notificação para publicação no Diário da República (1 de Agosto, conforme data do Aviso).


Despacho providencial

Como o Aviso refere, Manuel Ferreira teria de iniciar o cumprimento dos 180 dias de suspensão e cessar a comissão de serviço como director daquela EBI, 15 dias depois dessa publicação. Mas a providência veio, mais uma vez, em seu auxílio: no dia 30.08.2011, antevéspera da data de início do cumprimento da pena, o ex-director e a escola são notificados, de madrugada, por fax, do despacho da Caixa Geral de Aposentações que atribuía a “pensão definitiva de aposentação de Manuel Ribeiro Batista Ferreira, professor”, a partir daquele momento.

Em carta dirigida à comunidade educativa, datada de 31.08.2011, com o título Até Breve, o então director clamava ufano: “Amanhã, dia 1 de Setembro, estarei desligado do serviço e passarei à situação de aposentado. Hoje, dia 31 de Agosto de 2011, é o meu último dia como director da Escola Básica de S. Vicente de Pereira Jusã, a melhor escola do concelho de Ovar”. Evidentemente, estas coincidências providenciais não retiram a culpa ao ex-director (que continua a ser investigado pela IGE, por novas e duvidosas ocorrências), nem lhe diminuirá a pena, que terá de ser cumprida, esteja ou não aposentado. De qualquer forma, torna-a mais ligeira, já não podendo, por exemplo, ser demitido das funções de director, porque deixou de as exercer. Mas mais, a providência, as coincidências, o destino (seja lá o que for) ajudaram-no à encenação do gestor ímpoluto e competente da “melhor escola do concelho de Ovar”.

Sem mais comentários, o SPN apenas tem a declarar que continuará a defender os direitos sindicais e profissionais de todos os professores e educadores da EBI de S. Vicente de Pereira e de todas as escolas e agrupamentos da sua área de influência. Esta situação é também um exemplo claro de como este modelo de gestão e direcção das escolas estimula o ego de alguns aspirantes ao poder a exercer os cargos sem quaisquer regras democráticas, discriminando e chantageando aqueles que não se demitem de intervir, porque a Escola Pública tem de ser de todos e para todos.

Manuela Silva
Direcção Distrital de Aveiro



Educadoras e professoras discriminadas por maternidade

A legislação tem de sofrer adaptações e têm de ser regulados comportamentos sexistas e discriminatórios que permanecem nas relações de poder entre direcções de escolas e docentes.

Wikipédia

A profissão docente tem uma das maiores taxas de feminização¹, com um significativo universo de mulheres em idade fértil, muitas das quais são ou querem ser mães, apesar do desemprego, dos contratos a título muito precário (frequentemente, feitos com várias escolas num único ano), do congelamento da carreira docente sabe-se lá por quanto tempo!...

Apesar da preocupante baixa taxa de natalidade que caracteriza a nossa sociedade actual, educadoras e professoras que teimam em ser mães têm enfrentado constrangimentos que dificultam e condicionam o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se de discriminações de género, que frequentemente gozam de impunidade por dificuldade de prova ou receio de consequências da denúncia. Estão neste caso discriminações na colocação em concursos por oferta de escola e renovações de contratos de professoras em licença de maternidade, gravidez de risco ou direito a redução para amamentação.

A estes comportamentos discriminatórios, reforçados pelo exercício de poderes excessivos dos directores, somam-se as insuficiências da legislação relativa à avaliação do desempenho, graduação profissional para concurso e progressão na carreira, que colocam as ausências por razões de maternidade ao nível das faltas por doença.

Intervenção do SPN

Foi a correcção destas irregularidades e o fim dos constrangimentos no exercício do direito das educadoras e das professoras a serem mães, com segurança, apoio social e institucional, que levaram o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) a expor este problema a várias entidades, solicitando a sua intervenção para seja corrigido, porque viola princípios fundamentais da legislação portuguesa: o Movimento Democrático das Mulheres tomou posição pública sobre esta questão², a comunicação social fez eco das nossas preocupações³ e especialistas como Júlio Machado Vaz trataram esta matéria⁴.

É gratificante verificar que a denúncia, e o seu eco social, estimulou educadoras e professoras a quebrarem o silêncio sobre situações idênticas – casos, entre outros, de duas docentes contratadas do Agrupamento de Escolas de Ribeirão, preteridas por outras com menor graduação porque foram mães recentemente⁵.

O SPN continuará a intervir para a resolução destes problemas. A legislação tem de sofrer adaptações e têm de ser regulados comportamentos sexistas e discriminatórios que permanecem nas relações de poder entre direcções de escolas e docentes.

Notas

¹ 76,9% do total de docentes do ensino não superior, em 2010. 97,2% na Educação Pré-escolar e 87,1% no 1º Ciclo, segundo dados do GEPE/ME

² *Professoras e educadoras ainda penalizadas pelo exercício do direito à maternidade*, <http://www.mdm.org.pt/>, 22.08.2011

³ *Mulheres discriminadas no ensino, alerta MDM. Professoras e educadoras discriminadas devido à gravidez*, Agência Lusa”, 23.08.2011; *Professoras grávidas impedidas de progredir na carreira por não serem avaliadas*, jornal Público, 27. 08.2011

⁴ O Amor É..., Antena1, 07.09.2011

⁵ Jornal O Povo Famalicense, 06.09.2011

Manuela Silva
Direcção do SPN

A crise e as suas consequências não são uma fatalidade; a acção colectiva pode inverter o rumo das políticas que o Governo quer impor. A defesa de um Ensino Superior Público capaz de responder às necessidades do país está nas nossas mãos, está na mobilização da nossa indignação.



Henrique Borges

Os relatórios do Orçamento de Estado para 2001 e 2011 permitem avaliar como o nível de financiamento do Ensino Superior variou ao longo desta década.

O OE2001 contemplou um aumento de cerca de 7,4% relativamente ao ano anterior (passou de 1.123 milhões para 1.206 milhões de euros) no que respeita à despesa consolidada para os estabelecimentos de Ensino Superior e para a Acção Social Escolar. Dez anos passados, o OE2011 contemplava uma redução de cerca de 8,8% em relação a 2010, regredindo de 1.284,9 para 1.171,9 milhões de euros. Desta forma, de 2001 a 2011, a despesa consolidada foi reduzida em cerca de 2,8%.

Tendo em consideração a inflação, os aumentos de salários e os custos com a Caixa Geral de Aposentações (valor que corresponde a 15% dos salários e que passou a ser suportado pelas instituições), é possível verificar que o Ensino Superior tem vindo a sofrer, nesta última década, um aumento substancial de encargos que, conjugados com a redução do orçamento, colocam as instituições com um garrote orçamental.

O relatório *Education at Glance 2010*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) analisa os gastos dos governos por estudante do Ensino Superior (em 2007), incluindo investigação, em paridade do poder de compra em função do produto interno bruto (PIB), mostrando que Portugal é dos países com um valor mais baixo (10.398 dólares EUA), sendo o valor médio dos países da OCDE e da Europa a 19, respectivamente, de 12.907 e 12.084 dólares. Os valores mais baixos situam-se na ordem dos 5.600 dólares (Polónia e Eslováquia) e os mais elevados ultrapassam os 20.000, em países como a Suíça, o Canadá e os EUA.

Por outro lado, Portugal é também um dos países onde o esforço das famílias no financiamento dos estudos é dos mais elevados, representando cerca de 30% do custo total, valor só ultrapassado por nove países: Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, Itália, Japão, Nova Zelândia e Reino Unido.

Portugal mais atrás

As reduções salariais em curso, resultantes do aumento brutal de impostos e de outras medidas que, a pretexto da redução das despesas do Estado, constituem um forte ataque aos serviços públicos, vão significar um agravamento do esforço pedido às famílias no financiamento da frequência do Ensino Superior pelos seus filhos. Tal condicionará ainda mais o acesso e a frequência do Ensino Superior e provocará mais abandono. Ou seja, Portugal tornar-se-á um país ainda mais desigual e socialmente mais injusto.

SPN/Departamento de Ensino Superior

Não obstante o crónico subfinanciamento do Ensino Superior, este Governo anunciou um corte de cerca de 114,3 milhões de euros no OE2012, valor que representa aproximadamente 10% de redução

em relação ao OE2011. Assim, a verba disponível para as instituições situa-se ao nível do orçamento de 2000, quando havia cerca de 380 mil alunos a frequentar o Ensino Superior. Considerando que, actualmente, este número ascende a cerca de 390 mil, o Governo reduz ainda mais o financiamento público por estudante, colocando Portugal muito atrás dos seus parceiros da União Europeia e na cauda do conjunto dos países da OCDE.

Esta redução do financiamento, como vem sendo tornado público, quer pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, quer pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, vai criar enormes dificuldades a todas instituições de Ensino Superior. A avaliar pelo que tem ocorrido em outros países, as consequências serão uma menor qualidade da oferta educativa, pois está em causa o encerramento de cursos, o aumento do número de alunos por turma, o despedimento de professores, a degradação das condições de trabalho e sucessivas reduções salariais, aumento das cargas lectivas e menos tempo para a investigação científica, bem como o aumento brutal das propinas. Ao nível da Acção Social Escolar, serão também sentidas graves repercussões, com os estudantes de meios sociais mais desfavorecidos a verem as suas dificuldades acrescidas ou mesmo a serem impedidos de frequentar o ensino universitário e politécnico.

Financiamento do Ensino Superior: **a indignação é possível**



Henrique Borges

Bem prega frei Tomás...

Estas medidas agravarão ainda mais o atraso substancial de Portugal relativamente aos seus parceiros europeus, no que se refere à população com formação superior. Na faixa etária 25-34 anos, Portugal apresentava em 2008 uma percentagem da população com educação terciária de cerca de 22%, enquanto a percentagem média da OCDE era de 35% (os países com valores inferiores aos nossos eram Áustria, Eslováquia, Itália, México, República Checa e Turquia). Já na faixa 25-64 anos, os correspondentes valores para Portugal e a OCDE eram, respectivamente, 14% e 33%, e apenas Itália, República Checa e Turquia apresentavam percentagens inferiores à de Portugal [*Science, Technology and Tertiary Education in Portugal 2011*, relatório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior].

No entanto, o programa do Governo afirma que “o Ensino Superior é essencial para o desenvolvimento do país, quer

através da qualidade dos diplomados, quer da investigação feita nas instituições, quer ainda de mecanismos de transferência directa do saber com vista à criação de riqueza cultural e económica”. Que bem prega frei Tomás!...

De facto, começa a ser cada vez mais claro que o verdadeiro programa deste Governo, aproveitando o pretexto da crise e não a enfrentando, visa a destruição do Estado Social, implementando um conjunto de medidas e de políticas que, sendo ainda mais “troikistas” do que a *troika*, impõem gravíssimos cortes na Educação, na Saúde e na Protecção Social, com consequências gravíssimas para muitos milhares de famílias. Só na Educação, o que está em curso é o corte, em apenas um ano, do montante que a *troika* previa para dois anos. Entre o bem-estar da grande maioria do povo português e o “bem-estar” dos especuladores financeiros, dos acumuladores de grandes fortunas e dos “credores”, este Governo tomou uma opção clara a favor dos segundos e está a provocar o empobrecimento da população, tornando Portugal um país mais desigual e mais injusto.

A crise e as suas consequências não são uma fatalidade; a acção colectiva pode inverter o rumo das políticas que o Governo quer impor. A defesa de um Ensino Superior Público capaz de responder às necessidades do país está nas nossas mãos, está na mobilização da nossa indignação.

Por impossibilidade de inclusão na edição de Junho, reproduz-se agora a intervenção da coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte, Manuela Mendonça, na tomada de posse dos Corpos Gerentes para o triénio 2011-2014.

O agradecimento a Abel Macedo, coordenado do Sindicato durante 12 anos, a perspectiva de tempos muito difíceis pela frente, mas também a certeza de que o SPN assumirá, como é seu apanágio, uma atitude interveniente e combativa na defesa da profissão, da Escola e da Educação, marcaram o seu discurso.

Vamos continuar a remar contra a maré!



Ana Alvim

Quero, em nome dos recém-empossados Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte, agradecer a presença dos nossos convidados. Quero, também, saudar de forma calorosa os 287 eleitos para os Corpos Gerentes do SPN para o triénio 2011/2014: os que aqui estão e os que por razões várias não puderam estar presentes; os que já eram dirigentes, os que o são pela primeira vez e os que voltam a sê-lo depois de um interregno mais ou menos longo, registando com muito apreço a assunção ou a renovação deste compromisso com a actividade sindical, compromisso profissional e cívico tão mais importante quanto adverso é o tempo que vivemos. Quero dirigir aos novos dirigentes uma palavra de grande satisfação por se terem juntado a esta equipa, desejando que a sua participação na Direcção do Sindicato venha a ser uma experiência gratificante e que possam trazer para o SPN novas dinâmicas de trabalho e novas perspectivas de intervenção e de acção que enriqueçam o trabalho desta Direcção. Desejo que possam crescer com o Sindicato e que o sindicato cresça convosco. Sejam bem-vindos!

Quero, ainda, dirigir uma palavra ao Abel Macedo, coordenador do SPN durante 12 anos, comigo nos últimos três. Uma palavra de reconhecimento pela forma como exerceu esse cargo e prestigiou o nosso Sindicato, mas também uma palavra de grande admiração pelas qualidades que todos lhe reconhecemos, a sua experiência e sabedoria, a sua visão estratégica e consistência política, o exemplo que nos dá – como outros que lembramos com saudade – de generosidade, de combatividade, de compromisso, de entrega incondicional ao sindicato e às suas causas. O Abel é uma referência central do projecto sindical de que fazemos parte e o seu contributo continuará a ser decisivo, não só para a actividade do SPN, mas também para a da Fenprof, a vários níveis. Por isso, queremos dizer-lhe hoje que é bom saber que vamos continuar a contar com ele. No que me diz respeito, e apesar de formalmente ele deixar a coordenação, sei que vai continuar a fazer o que sempre fez: juntar a sua força às minhas fraquezas e partilhar, solidariamente, responsabilidades. Obrigada, Abel!



Ana Alvim

Os três anos do mandato que hoje iniciamos adivinham-se muito difíceis para os portugueses. Não sendo ainda possível avaliar todos os impactos concretos do programa da *troika* na vida das pessoas, não temos dúvidas de que o conjunto das medidas que vão ser implementadas vai ter consequências dramáticas, como teve na Irlanda e na Grécia, com a economia a entrar em recessão e a provocar graves rupturas sociais. Na área da Educação esperam-nos mais cortes, mais dificuldades, mais precariedade, mais desemprego. Para onde quer que nos viremos, as perspectivas são tudo menos animadoras. O conceito de Escola vai desaparecendo para dar lugar ao de unidade orgânica ou mega-agrupamento; as universidades públicas vão-se transformando em fundações de direito privado; as condições de exercício da profissão vão-se deteriorando, com a burocracia a sobrepor-se à pedagogia e a tecnocracia à democracia.

A juntar aos novos e velhos problemas, surge ainda a ameaça da revisão da Constituição, vista como um último reduto de garante dos direitos laborais e sociais que é preciso eliminar.

É neste contexto que vamos ter que intervir. Enquanto cidadãos, enquanto professores, educadores e investigadores, e sobretudo enquanto sindicalistas, não podemos – e não iremos – aceitar passivamente estes retrocessos sociais e civilizacionais que querem impor-nos.

Sabemos que vamos precisar de muita tenacidade e capacidade de resistência para contrariar o fatalismo e o desalento que decorrem da ideia, sempre repetida, de que tudo isto é inevitável e não há alternativas.

Porque somos Sindicato, não nos conformamos com o espírito do tempo e vamos continuar a remar contra a maré.

Apesar de todos os constrangimentos com que os governos têm procurado reduzir a acção dos sindicatos, o SPN estará, com a Fenprof e com a CGTP-IN, na primeira linha deste combate pela dignificação da profissão docente, pela valorização da Escola Pública, pelo emprego, pela coesão social, pelos direitos sindicais.

Continuaremos a ancorar a nossa acção numa forte ligação aos professores e ao quotidiano das escolas, valorizando o papel dos delegados sindicais, promovendo reuniões e outros espaços de reflexão, acrescentando consciência, somando forças, mobilizando para uma acção resistente persistente e consequente, resgatando a esperança num futuro melhor. Terminando reafirmando a minha confiança no colectivo que somos e na nossa capacidade de fazer um bom trabalho e de levar a bom porto este mandato. Procurando os consensos necessários, respeitando as nossas diferenças, honrando a herança que recebemos dos que conosco, ou antes de nós, fizeram parte dos Corpos Gerentes do SPN – os que, há quase 29 anos, dinamizaram a sua criação e todos os que, de então para cá, com o seu trabalho e empenho, fizeram deste sindicato uma grande construção colectiva, plural, solidária, democrática e independente.

Em torno deste quadro de princípios, estou certa de que os novos Corpos Gerentes saberão, nos próximos anos, fortalecer o SPN, para que seja cada vez mais uma força que conta, o porta-voz dos professores do Norte e o motor da sua mobilização e intervenção na defesa da profissão docente, da Educação e da Escola Pública.

Porque, como um dia escreveu um querido e saudoso amigo, “transformar a Educação portuguesa e desenvolver uma sociedade mais justa e mais igualitária é difícil, mas com esforço colectivo e decidido é possível”.

É para isso que cá estamos!



Ana Alvim

Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

São os mordomos do universo todo / Senhores à força, mandadores sem lei

Foi o assobiar destes versos por alguém, à saída da sala, que inspirou o título desta crónica do que ali se passou. Ali, num hotel de Penafiel, o que se passou foi um debate sobre a crise económica e financeira e os seus impactos no plano social; os conferencistas foram José Castro Caldas e Manuel Carvalho da Silva, e a audiência eram os Corpos Gerentes do SPN.

Manuela Mendonça, moderadora do debate, traçou, a abrir, uma breve caracterização da situação actual, sublinhando os impactos negativos das políticas de austeridade no crescimento económico e na criação de emprego, assim como na manutenção de direitos sociais e laborais duramente alcançados, aqui incluído o direito à educação, área onde os cortes orçamentais previstos porão em causa milhares de postos de trabalho e as condições de funcionamento das escolas e das universidades. Apresentou de seguida os objectivos do debate proposto: a análise dos previsíveis desenvolvimentos da crise; o aprofundamento de políticas económicas e sociais alternativas; a reflexão sobre o papel dos sindicatos e a eficácia da sua acção; caminhos para a construção de alianças com outros actores e movimentos sociais e para a concertação de esforços a nível nacional, europeu e mundial.

A Europa

Sucesso só por milagre

Primeiro interveniente, o economista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CASTRO CALDAS, começou com uma certeza: “quando a intervenção da *troika* acabar, Portugal estará pior do que quando começou”, disse, fundamentando a afirmação nas projecções macroeconómicas do Governo, de cuja análise conclui que a concretização das medidas do memorando, em 2015, vão situar a dívida em 101,8% do produto interno bruto (PIB), contra os actuais 100,8%, e que nesse mesmo ano o desemprego será de 12,3%, isto é, o mesmo que hoje, sendo que o auge será atingido em 2013, com uma taxa superior a 13%.

No entanto, segundo Castro Caldas, a história é-nos contada de outra maneira pelo Governo. Dizem-nos que 2012 é o princípio do fim da crise e que depois de 2013 a dívida começa a descer, quando, na verdade, o que acontece é que o próprio Governo estima uma dívida de 106,1% do PIB e de 106,8% para 2013. Dizem-nos que Portugal pagará a dívida, mas o economista pergunta como vamos recuperar o PIB com a economia destruída; ainda admitindo que, quando a *troika* for embora, Portugal, livre da dívida, regresse aos mercados, o economista não tem dúvida: “até podemos não ter dívida, mas também não teremos instrumentos económicos de combate para alavancar a economia”.

Conclusão, o Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 é um “instrumento de propaganda” que não corresponde à verdade toda. No seu entender, para que o sucesso fosse real, teriam de acontecer vários milagres. Um exemplo: o Governo estima que a taxa de variação da exportação terá um crescimento acima de 6%, muito superior à média europeia – tal desiderato é “inatingível”, porque as exportações terão uma descida em 2011, isto, para não falar da nova crise europeia e mundial que, pelos vistos, está por aí a rebentar...

Outros caminhos são possíveis

Mas será esta realidade uma inevitabilidade, ou outro caminho é possível? Castro Caldas é da opinião que não é uma inevitabilidade, e que há outro caminho. Qual? Em primeiro lugar, temos de encarar o problema da dívida do ponto de vista da sua reestruturação, ou seja, temos de a renegociar, porque o preço actual é de tal ordem elevado que não há hipótese de uma saída economicamente viável. Aliás, já o tinha dito a propósito da insustentabilidade da dívida pública nos países da periferia – “esta dívida [portuguesa] nunca vai ser paga, dêem as voltas que derem”...



Henrique Borges

Depois, há que acautelar que o processo de reestruturação da dívida seja centrado na realidade do país devedor, o que não acontece com o presente memorando, em que as condições para a superação da dívida são determinadas pelos credores. Defende-se, pois, uma renegociação conjunta e democrática. Em seguida, é necessário criar uma cultura mutualista dentro da União Europeia (UE), para que a dívida seja garantida, pela mesma, de uma forma solidária. Para isso, propõe-se que a reestruturação seja feita por mutualização de 60%, cobertos por eurobonds, garantidos pelo Banco Central Europeu. Há, também, que defender uma maior contenção da despesa corrente, controlando a despesa primária do Estado, mas nunca cortando na despesa social. E, finalmente, urge uma recapitalização dos bancos, com tomada de controlo, reconhecendo o importante papel do Estado no sentido regulador, mas também no de incentivador do crescimento económico.

dos vampiros

Bom senso precisa-se...



Henrique Borges

Da intervenção do economista de Coimbra resultou igualmente muito claro que tal caminho só poderá ter sucesso se as condições políticas foram outras, pois são absolutamente “determinantes para uma intervenção deste género”. Pelo que a criação de tais condições deve assentar numa discussão democrática, atenta e necessariamente particularizada, entre todos os países e não só entre alguns. É cada vez mais claro que as certezas da austeridade começam a ser abaladas e que este não é o caminho a seguir; que este é um caminho perigoso para a subsistência do Euro e que não é esmagando os mais fracos que se afirmam os mais fortes. Nas palavras de Castro Caldas, “é necessária uma solução europeia de bom senso, que preserve a União através de um mecanismo de mutualismo que não empurre para os países periféricos o fardo da crise em que está metida”.

Criar respostas credíveis

Corroborando muitas das afirmações proferidas pelo antecessor, CARVALHO DA SILVA centrou a sua intervenção, essencialmente, nas questões do trabalho. Começou por afirmar que todos reconhecem que “nós não somos os gregos”, para perguntar, “então, por que temos de levar com a mesma receita?” Se o que “diferencia é a consciencialização de reacções diferentes e respostas diferentes, as condições têm de ser igualmente diferentes”.

Estava dado o mote. Veja-se o caso da Islândia, que conseguiu superar a crise. Um sucesso incómodo, logo desvalorizado por afirmações de que é “um país pequenino”, com uma realidade muito própria. Mas a verdade é que a Islândia não embarcou na receita-*troika* e desenvolveu uma política de investimento nas suas capacidades e interesses. Claro que para isso muito contribuiu um governo constituído por uma ampla coligação de esquerda e que fez da coragem política a sua principal arma. Segundo o secretário-geral da CGTP, em Portugal temos, igualmente, de construir alternativas. Mas alternativas em que as pessoas acreditem. “Temos de criar respostas credíveis para que as pessoas as defendam. Penso que as pessoas estão desejosas disso, porque os pressupostos dos nossos governantes não são fiáveis. Não oferecem segurança nenhuma, e isso já toda a gente percebeu”.

Assim como percebeu, por exemplo, que os processos de privatização que o Governo pretende levar a cabo terão resultados desastrosos. Para além de o mapa de privatizações ser mais extenso do que aquele que a *troika* propôs, ao efectivá-lo em tempo de crise, “vai ser tudo vendido ao desbarato” e o Governo pouco vai ganhar isso. Ganharão os mesmos de sempre.

Um outro exemplo – os impostos. O Governo sabe que a política adoptada e o aumento de desemprego não conduzem ao crescimento económico, pelo que não tem outra solução que não seja o aumento dos impostos. E o curioso é que, agora, querem convencer-nos que tal aumento se ficará a dever a factores externos, como a emergência da crise europeia e a crise mundial. Isto é, a crise está em fase embrionária e nós já aumentamos impostos!



Ana Alvim

Falta segurança ao Governo

Sabendo que poderemos sempre enganar alguns, mas que nunca conseguiremos enganar todos, e antevendo a inevitabilidade de uma onda de protesto social, o primeiro-ministro, secundado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, veio já advertir que o Governo não permitirá acção “àqueles que pensam que podem incendiar as ruas” e trazer “o tumulto para o país”, pelo que “saberá decidir quando necessário”. Portanto, atenção, tumultuosos, desordeiros e incendiários, não ousem!

Será que esta é uma preocupação genuína, ou é uma provocação? Quando nada faz antever um comportamento conflituoso ou violento por parte dos portugueses, porquê esta referência?

Carvalho da Silva não tem dúvidas, Passos Coelho está a provocar. O que o primeiro-ministro está a fazer é criar um cenário de terror para que as pessoas não se manifestem. Mas o “tiro pode sair-lhe pela culatra”. Ele quer é arranjar um bode expiatório, criando um facto político para esconder a sua incapacidade de resolução dos problemas e que serve de cortina de fumo para esconder as graves medidas que toma e que, no essencial, assentam no aumento do desemprego e dos impostos e nos cortes nas políticas sociais. As afirmações do primeiro-ministro apenas mostram uma evidente falta de segurança “em relação às políticas que está a seguir e é, por isso, um indicador da ausência de rumo e de uma política que possa tirar o país do buraco em que se encontra”.

Que a luta é necessária e inevitável é outra certeza de Carvalho da Silva. E sobre esta questão alerta para um aspecto que a muitos poderá passar despercebido, mas que, aos poucos, começa a instalar-se nas pessoas. A questão prende-se com a ideia bolorenta de uma certa visão passadista da Igreja, que parece renascer, e que faz a apologia do mea culpa, numa espécie de isto está tão mal, tão mal, que só nos resta sofrer.

“Encarar o sofrimento como algo pessoal e individual é o pior que nos pode acontecer, porque provoca desalento e desenvolve processos de culpabilização individual”, avisa o dirigente sindical. A ideia de que a culpa é nossa, e exclusivamente nossa, e que, por isso, o caminho da resignação é a única saída para a redenção da crise, deve ser fortemente combatida. Mas a coisa não fica por aqui. Cinicamente, vêm agora com um novo conceito de concertação social: “Temos de colocar os parceiros sociais como credores de compreensão dos sacrifícios”. Ora, os parceiros sociais devem servir para concertar políticas sociais e não para serem responsáveis pela destruição da política social... Nós dizemos não! O tempo não é de resignação, mas de luta. Colectiva, como todas as lutas devem ser!



Ana Alvim

É necessário refrescar ideias

Analisando o momento actual do sindicalismo, o secretário-geral da CGTP considerou lamentável e insustentável a posição da UGT, que concorda com o corte nas indemnizações aos trabalhadores, argumentado que as mesmas só serão aplicadas aos novos contratos de trabalho, num registo de se não é para nós e é para os mais novos, então tudo bem, eu assino. Ora, para Carvalho da Silva, a ruptura da solidariedade entre gerações é uma coisa vergonhosa, “não podemos fazer vencer os nossos direitos à custa da venda dos direitos das novas gerações”. Isto, sim, é que pode causar rupturas sociais e, quem sabe, os tais tumultos que o Governo tanto parece desejar.

Esta é mais uma daquelas medidas que caracteriza a opção ideológica do baixo salário, do desemprego e da abolição dos direitos dos trabalhadores. Que ninguém tenha dúvidas, para esta gente, “o Estado Social é para estourar; a aposta é no retrocesso total, com a desculpa de que noutras zonas do mundo a situação ainda é pior”, numa tentativa de harmonizar a crise por baixo.... Uma opção errada!

Se consideramos que salário, emprego e direitos são a essência da construção de uma determinada via civilizacional, então, temos de aceitar que ao serem postos em causa, estamos a destruir a civilização. E as alternativas existem, estão aí. Foi uma política de afirmação dos direitos dos trabalhadores que trouxe algum bem-estar, por isso, temos de refrescar ideias. É necessário reinventar as bases históricas de trabalho. Temos que defender o conceito de trabalho com direito a remuneração digna; o controlo do tempo de trabalho e a relação entre trabalho e interesse global. Temos que fomentar a identidade colectiva e combater o empobrecimento e a injustiça, porque foi este modelo que trouxe paz e progresso aos trabalhadores.

Rogério Ribeiro
Direcção do SPN

“¿Para qué nos sirve la crisis? Para parar, reflexionar y empezar de nuevo. Ahora con otros principios, con otros valores, con otro norte. La crisis nos sirve para reorientar el futuro particular y colectivo. ¿Quizás el ritmo y la forma de vida anterior estaban equivocados? ¿Quizás era falsa esa felicidad asociada a la acumulación de cosas?”

Koldo Aldai, “Una crisis cargada de futuro”, unarealutopia.blogspot.com

Muito se tem dito e escrito sobre a crise económica. De um modo geral, opiniões de um só sentido, procurando fazer crer que não há alternativas para além do acordado com a *troika*. Isso significaria que a solução para os graves problemas que o país atravessa passa pela redução de salários, pelo aumento do desemprego e das desigualdades, pela desregulação do mercado de trabalho, pelo aumento dos impostos, pela redução da já pouca soberania nacional, em suma, por medidas que mais não são do que tentativa para acabar de vez com o que ainda resta do chamado “Estado Social”.

José Reis e João Rodrigues organizaram uma colectânea de textos de destacados economistas, publicados na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* entre Março de 2008 e Maio de 2011 e recentemente editados em livro. «Portugal e a Europa em Crise – para acabar com a economia de austeridade» (Actual Editora) apresenta outros entendimentos sobre a crise e as alternativas para a superar. Dos textos publicados, reproduzimos um excerto de *Ir Além das Medidas Anticrise*, da autoria de Manuela Silva, economista e professora aposentada da Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Economia e Gestão).

Reconhece-se que a crise desencadeada pelo colapso de algumas instituições financeiras sediadas nos Estados Unidos, no final de 2007, tem, afinal, natureza não apenas financeira e localizada, mas sistémica e com dimensão global, pondo em causa o sistema de economia de mercado e mesmo a organização social que lhe está acoplada, designadamente os esquemas de segurança e protecção social.

Disfuncionalidades do sistema que vinham a ser denunciadas há décadas por alguns especialistas adquirem agora maior visibilidade e, por isso, suscitam preocupação mais generalizada entre actores económicos e líderes políticos. É assim com a insustentabilidade ambiental do modelo energético de industrialização e crescimento económico, o consumo voraz e irresponsável por parte de alguns estratos populacionais e regiões do mundo, o desperdício e a obsolescência produzida, a excessiva concentração da riqueza e a muito desigual repartição do rendimento, a persistência de níveis de pobreza e exclusão social intoleráveis face aos níveis de produção e produtividade alcançados e, mais recentemente, o desemprego em massa e a crescente exclusão social existentes em alguns países, com conseqüente risco para a democracia. A crise teve o mérito de desocultar uma realidade de risco sistémico que estava latente e, por isso, há quem escreva “esta crise me encanta”, por ver nela uma saída para novas e mais justas vias de democratização da economia e das sociedades, isto é, para prosseguir na via de um verdadeiro desenvolvimento humano e sustentável.

Será assim? Estará a crise a constituir uma real oportunidade de mudança sistémica?

Excepção feita para alguma reflexão teórica nesse sentido, não vejo nas medidas tomadas sinais de alteração dos fundamentos que subjazem à crise. Com efeito, não temos razões para pensar que empresas, instituições financeiras, consumidores, parceiros sociais ou políticos dêem mostras de querer aprender com a crise e que revelem disponibilidade para as indispensáveis mudanças de paradigma organizacional e de comportamento individual e colectivo. Ao invés, é elucidativo que as grandes instituições financeiras, tanto nos Estados Unidos como as que se situam no espaço coberto pelo G20, continuem a oferecer resistência à adopção de medidas de regulação que se afiguram indispensáveis, como o desmembramento obrigatório das instituições financeiras gigantes, a separação entre bancos comerciais e bancos de investimento ou o controlo efectivo dos movimentos em *offshore*.

Olhando agora mais de perto para a realidade nacional, o panorama não é muito diferente.

Não obstante os esforços de clarificação acerca da natureza da crise e seus fundamentos, que também entre nós vão sendo feitos, é de lamentar que as políticas que vêm sendo adoptadas, em Portugal como no espaço da União Europeia, se dirijam, fundamentalmente, a uma pretendida reposição de equilíbrios de ordem financeira.

Ao nível do Estado, primeiro, foi a pronta disponibilização de recursos financeiros para acudir às dificuldades de solvência ou falta de liquidez de alguns bancos, o que logo se repercutiu em agravamento do défice das contas públicas e acréscimo de endividamento público. Agora, são as medidas de redução desses défices, através de recurso a maior carga fiscal e cortes no investimento público e nas despesas correntes do Estado. Falta ir além destas medidas, ousar reformas estruturais e encontrar caminhos de inovação social.

Ir além das



Ana Alvim

Pelo lado das empresas, as soluções encontradas parecem consistir em reclamar do Estado facilidades suplementares de acesso ao crédito, legislação laboral mais flexível, menor protecção dos direitos dos trabalhadores e redução de salários. Isto em nome da competitividade no mercado global. E por que não repensar o próprio conceito de empresa e a sua responsabilidade social e cidadã, o lugar do capital, a especulação bolsista?

No fundo, o que está implícito na natureza das medidas reclamadas, tanto no que se refere às políticas públicas como aos comportamentos dos agentes económicos, designadamente a banca, é a ideia de que a crise é mera turbulência na superfície das águas e o que importa é regressar, rapidamente, ao *business as usual*.

Não ignoro que, dadas as circunstâncias, os Estados e as instâncias comunitárias não podem deixar de exercer um papel interventivo mais forte que controle o impacto desta turbulência, quer recorrendo a medidas de política fiscal e outras políticas públicas de indole conjuntural, quer impondo regras de transparência e prudenciais às instituições financeiras e reforçando a sua supervisão.

Todavia, além de tais medidas implicarem, em alguns casos, uma injusta repartição dos seus respectivos custos sociais, o mais grave é que não resolvem com solidez as questões de fundo, podendo mesmo estas medidas vir a ter um efeito colateral negativo: o de lançarem uma cortina de fumo sobre a necessidade de serem criadas condições para uma indispensável “metamorfose” do sistema vigente e a viabilização de um meta-sistema que evite o caos.

Para que possa dizer-se, com verdade, *esta crise me encanta*, é necessário que, em primeiro lugar, se invista numa reflexão colectiva acerca dos valores societais a privilegiar e que sobre eles se construam posições tão consensuais quanto possível acerca do futuro sistema económico e social. Em segundo lugar, importa definir os objectivos a atingir e os meios e caminhos para o construir, num horizonte temporal razoável, traçando, para tal, estratégias de desenvolvimento devidamente participadas aos vários níveis de decisão que venham a ser objecto de contratualização social no médio prazo e ao abrigo de calendários eleitorais.

Manuela Silva,
UTL/ISEG

medidas anticrise

6º Congresso da IE

Manuela Mendonça e Abel Macedo integraram, com o secretário-geral Mário Nogueira, a delegação da Fenprof ao 6º Congresso Mundial da IE, que decorreu na África do Sul (22 a 26 de Julho) sob o lema *Uma Educação de Qualidade para Construir o Futuro*.



© Bea Uhart

A Internacional da Educação (IE), de que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) é membro fundador, foi criada em 1993 e representa 30 milhões de educadores, professores e trabalhadores da Educação. Com mais de 400 organizações filiadas, de mais de 170 países, é a única federação a representar docentes de todos os sectores, da Educação de Infância ao Ensino Superior, a nível mundial.

Centrando a sua acção na defesa dos direitos humanos, profissionais e sindicais, a IE tem no centro das suas reivindicações a defesa de uma educação de qualidade para todos, gratuita e pública, e a promoção da paz, da democracia, da justiça social e da igualdade, através do desenvolvimento da Educação e do reforço da acção colectiva dos docentes de todo o mundo.

O Congresso aprovou um documento político onde se aprofunda o conceito de Educação como direito humano e bem público e se reafirma a importância da docência como profissão indispensável à construção de um futuro melhor. Foram também aprovadas diversas resoluções, nomeadamente sobre o financiamento da Educação num contexto de crise económica e sobre o fortalecimento do sindicalismo internacional num contexto de globalização.

Conjuntamente com a OLME (Grécia) e o SNES (França), a Fenprof apresentou uma resolução urgente, contestando os planos de austeridade na Europa e apelando a uma resposta sindical forte. Intitulado "A acção dos sindicatos contra as políticas neoliberais e os planos de austeridade na Europa", o documento foi aprovado por unanimidade.

Resolução aprovada. Constatando que as regras da Zona Euro para o controlo do défice e da dívida se têm traduzido num ataque sistemático e progressivo ao Estado Social e aos direitos dos trabalhadores, e que os planos de austeridade impostos pela *troika* à Irlanda, à Grécia e a Portugal levaram, nomeadamente, à redução de salários e pensões, à alteração das leis laborais, ao reforço das privatizações, à diminuição da protecção social e à redução do investimento nos serviços públicos, entre os quais a Educação, estando idênticas medidas a ser implementadas noutros países (Espanha, Itália ou França), o 6º Congresso da IE decidiu:

1. manifestar a sua solidariedade para com os cidadãos e sindicatos europeus que, em vários países, têm vindo a contestar o caminho que está a ser seguido (em particular na Grécia, onde naquele momento a situação era mais crítica), exigindo uma auditoria independente à dívida dos países em crise; a renegociação da dívida (incluindo taxas de juro mais baixas e prazos mais alargados para a redução do défice) e uma estratégia de investimento e desenvolvimento que gere crescimento e emprego, assim como uma mais justa distribuição da riqueza;
2. reforçar a necessidade de uma acção sindical conjunta, promovida e coordenada pela IE aos vários níveis, que constitua uma pressão sobre as instâncias europeias para a inversão destas políticas.

Reforço da democracia interna. No âmbito do trabalho preparatório do congresso, a Fenprof reuniu com organizações sindicais de outros países europeus e decidiu apresentar e/ou apoiar um conjunto de propostas de alteração aos Estatutos e ao Regulamento

Interno, assim como uma resolução visando melhorar o funcionamento das estruturas da IE e reforçar a sua democracia interna. As propostas incidiram sobre:

- a fórmula de cálculo das quotizações e a sua ligação directa ao número de votos, levando à dominação de uma dezena de países da OCDE nas tomadas de decisão;
- as prioridades ligadas às despesas da organização (necessidade de uma maior transparência);
- o funcionamento da Comissão Executiva (composição e frequência das reuniões, défice de comunicação das discussões aí realizadas e das decisões tomadas);
- a autonomia das diferentes regiões: África, Ásia-Pacífico, América Latina, América do Norte e Caraíbas, Europa).

Apesar de não terem obtido a necessária maioria de 2/3 dos votos para serem aprovadas, a Fenprof faz um balanço positivo do debate que as propostas suscitaram no Congresso, que viria a aprovar uma resolução sobre a estrutura organizativa da IE, estabelecendo a criação de um grupo de trabalho que, no período de 4 anos, avaliará o funcionamento e a eficácia da organização, propondo ao próximo Congresso alterações estatutárias que se revelem necessárias para melhor representar e servir os interesses de todas as organizações filiadas.

Dia Mundial do Professor. Comemorado no dia 5 de Outubro, desde 1994, o DMP é uma ocasião em que se relembram as recomendações elaboradas pela UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho, em 1966 e 1997, relativas à situação dos professores – normas internacionais que mantêm grande importância e actualidade.

Sendo a profissão docente maioritariamente constituída por mulheres, subsistem desigualdades em matéria de acesso ao emprego, de condições de trabalho e de salários, ainda que com expressão diferente consoante o país e a região do mundo. Daí o lema escolhido pela IE para o DMP2011 – *Professores pela Igualdade de Género*.

Como nos anos anteriores, a IE divulgará uma mensagem conjunta com a UNESCO, a OIT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntando esforços na Campanha Mundial pela Educação.



© Bea Uhart



Acreditar
Associação de Pais e Amigos
de Crianças com Cancro
www.acreditar.org.pt



SECRE
CORRETORES DE SEGUROS

O Seguro de Saúde que dá para **Acreditar**.



1 adesão à
Modalidade A=5,00€
Modalidade B=10,00€
Dá para Acreditar.

A inscrição da SECRE para o exercício da actividade de mediador de seguros, junto do Instituto de Seguros de Portugal, remonta a 21 de Novembro de 1979, tendo sido concedido em 28 de Abril de 1985, a habilitação para o exercício da actividade de corretor de seguros, nos termos da Lei n.º 44/2006, de 27 de Janeiro de 2007, com a alteração no artigo n.º 172/A/3.

O Seguro de Saúde que dá para a Acreditar.

Até 31 de Dezembro de 2011, por cada nova adesão efectuada à **Modalidade A** do Seguro de Saúde do SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE, através da SECRE, será entregue um donativo de **5,00€** à Acreditar (Núcleo Regional Norte).

De igual modo, por cada nova adesão efectuada à **Modalidade B** do Seguro de Saúde do SPN, será entregue um donativo de **10,00€** à Acreditar (Núcleo Regional Norte).

Além de ter acesso à maior rede de médicos, hospitais e clínicas, incluindo a assistência médica ao domicílio, de forma a garantir a sua comodidade e segurança de uma forma simples, fácil e económica, ainda contribui para a Acreditar (uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por objectivo prestar apoio às crianças com cancro e respectivas famílias).

Vale a pena Acreditar.

800 20 26 75
dias úteis, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00

www.secre.pt/spn

Sindicato dos
Professores do Norte

A desordem mundial



Henrique Borges

“É a guerra aquele monstro que se sustenta de fazendas, de sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça, ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro”.

Padre António Vieira (1608 -1697)

Passaram 10 anos sobre o ataque terrorista às Torres Gémeas, em Nova Iorque. O acontecimento, com repercussões significativas dentro e fora dos Estados Unidos da América, constituiu pretexto para o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

O combate ao terrorismo e a procura de “segurança”, sob o lema anunciado pelo então presidente Bush (“ou estão connosco ou estão com os terroristas”), não só não tem favorecido a paz, como tem originado cada vez mais instabilidade e mesmo situações de guerra, para as quais não se vislumbra um fim, casos do Iraque e do Afeganistão

Agora é a vez da Líbia. Com o pretexto de proteger o povo líbio, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) tem vindo a intervir de forma sistemática, desde 31 de Março, tendo realizado até inícios de Junho cerca de 9.000 voos, 3.000 dos quais para ataques. Não sei quantos mais se realizaram de então para cá, talvez outros tantos, se considerarmos o tempo decorrido.

Como escreveu Domingos Lopes (Público, 01.09.2011): “Compreende-se o dever de proteger um povo de um massacre, mas não se pode aceitar que em nome desse direito abstracto se parta para uma intervenção militar para derrubar o regime. Quantos regimes árabes teriam de ser derrubados?”

A esta pergunta, quero acrescentar uma outra: até quando vai o mundo continuar a calar e consentir a ocupação do Sahara Ocidental por parte de Marrocos? Penso que durante muito tempo. É que, além do mais, quando a NATO decidiu prolongar a missão “pacificadora” na Líbia para lá da data inicialmente estabelecida, um dos países que, entretanto, decidiram participar na operação militar foi precisamente Marrocos...

Nas guerras, a gestão da informação é “cuidadosa” e as nossas televisões só mostram o que convém. Não mostram os bombardeamentos da NATO, nem a destruição e morte que provocam, mas pretendem impingir a ideia de que há dois tipos de vítimas: umas, do “lado dos bons”, são a gente; as outras, do “lado dos maus”, são danos colaterais...

Não somos ingénuos. Se nos países em situação de conflito e de guerra aberta não houvesse petróleo ou gás natural, e a sua subsistência dependesse da produção de rabanetes, a vontade e a disponibilidade da NATO para intervir em defesa dos “direitos humanos” seriam as mesmas?

Como disse Saramago, numa manifestação realizada em Madrid (16.03.2003): “A partir de hoje não se tratará simplesmente de dizer Não à Guerra, mas sim de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja uma realidade, para que a paz deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretendem justificar guerras. Sem paz, sem uma paz autêntica, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos – todos eles, um por um – a democracia nunca será mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma despidorada mentira. Nós, que aqui estamos, somos uma parte da nova potência mundial. Assumimos as nossas responsabilidades. Vamos lutar com o cérebro e o coração, com a vontade e o sonho. Sabemos que os seres humanos são capazes do melhor e do pior. Eles (não é necessário dizer agora os seus nomes) escolheram o pior. Nós escolhemos o melhor”.

Henrique Borges
Direcção do SPN

Es.Col.A voltou à Fontinha



Es.Col.A na escola!

Sim, mas... Após quase dois meses de actividades na rua, no dia 5 de Julho, acontece aquilo em que já poucos acreditavam: a Câmara Municipal do Porto (CMP) comunica ter decidido deixar o projecto Es.Col.A voltar à antiga Escola Primária do Alto da Fontinha, mas apenas até final de Dezembro, com o argumento de que depois arrancará outro projecto. No entanto, para desenvolver actividades diversas, de apoio educativo, formativo, cultural e lúdico para crianças, jovens, adultos e idosos, num edifício abandonado pela CMP, e por meia dúzia de meses, o projecto Es.Col.A tinha de se "legalizar" como associação, para, com figura jurídica, poder assinar com a autarquia um contrato de cedência do edifício. Pressionada pela urgência do regresso e pela vontade dos moradores do bairro, a Assembleia retrocede de uma decisão anterior e decide formalizar-se, ainda que só no papel. Para acelerar o processo, o Es.Col.A propõe-se assinar um contrato-promessa que garantisse a devolução imediata da escola, mediante o compromisso da formalização de toda a burocracia em 30 dias úteis. A CMP concorda, mas, apesar de assumir a urgência do processo, perde-se em burocracias internas e demora quase um mês a desemparedar a porta do edifício e a entregar a chave, quase em incumprimento do contrato-promessa entretanto assinado.

29 de Julho: o Es.Col.A volta à escola, em festa!

Reorganizar e revitalizar o Es.Col.A. O despejo não foi violento apenas em relação aos elementos que ocupavam a escola. A força policial não teve qualquer cuidado e até telhas partiu, e os obreiros do emparedamento e desemparedamento também não foram zelosos: portas arrancadas e semi-destruídas, cimento por todo lado (até em brinquedos), entradas para a cozinha e para a sala que servia de armazém obstruídas por paredes. Como os trabalhos de recuperação foram interrompidos, continuava a haver janelas sem vidros. Ao reocupar o espaço, não era difícil detectar os efeitos de quase três meses de abandono forçado. Foi necessário arregaçar as mangas e começar a trabalhar.

Mãos à obra. Nos tempos livres, muitos foram aparecendo para contribuir nas limpezas e trabalhos de recuperação. Num mês, com mão-de-obra gratuita, ainda que pouco especializada, e com doações de materiais, a escola parece outra. Foram repostas as telhas, arranjou-se o portão, recuperaram-se as portas derrubadas, pintou-se o muro exterior e já há mais vidros nas janelas. Os espaços estão limpos, do átrio ao jardim, mas continuam a faltar materiais: vidros e madeiras para a caixilharia das janelas; ferramentas, pregos, tinta, pincéis, torneiras ou mesmo giz. E dava jeito haver voluntários com mais conhecimentos técnicos para algumas tarefas, como a recuperação da instalação eléctrica. Continua a evitar-se dinheiro. Recorre-se à reciclagem, agradecem-se doações.



Es.Col.A

Retomando o rumo, com o bairro. Paralelamente aos trabalhos de recuperação, cedo começaram a ressurgir as actividades que dão razão de ser ao Es.Col.A, pois a falta de condições não é novidade nem impedimento para este colectivo, ou não tivesse resistido quase três longos meses no largo da Fontinha. Estão em curso diversas actividades regulares: apoio educativo, projecção de filmes, estudos artísticos, aulas de Italiano, yoga, capoeira, oficina de danças tradicionais, xadrez, leitura comentada de notícias. O Hacklaviva, Grupo de Emancipação Tecnológica voltou à acção e continua a recuperar material informático para usufruto da comunidade e a ajudar a instalar e a dar a conhecer o software livre. Também tem havido merendas autogestionadas, feiras livres, concertos, espectáculos de marionetas e até já houve sessões espontâneas de karaoke protagonizadas por moradores do bairro. Todos os dias há vida na escola, mas essencialmente a partir das 17h. Continua a haver espaço disponível para mais iniciativas, de preferência que consigam atrair e envolver a comunidade local. Novas propostas podem ser apresentadas nas assembleias, ao fim da tarde das terças-feiras, ou por mail (es.col.a.da.fontinha@gmail.com).

Es.Col.A aguarda contrato de cedência. A contragosto, o projecto passou por todas as burocracias de formalização, arrastando-se durante semanas, numa tentativa de constituir a associação pela via tradicional, com um regulamento aprovado em Assembleia que salvaguardasse o funcionamento horizontal do projecto e garantisse que as hierarquias impostas pela associação seriam fictícias. Mas o tempo não o permitiu. Para cumprir o prazo de 30 dias úteis para a criação da associação, acordado no contrato-promessa, optou-se pelo processo de “associação na hora”, assumindo-se em Assembleia que a associação apenas servirá para assinar um papel de cedência do espaço, sem pôr em causa os princípios do projecto.

Está feito, da escolha de um nome (Centelha Radical) à inscrição nas Finanças, passando por encontrar nove pessoas que se disponibilizassem a dar os nomes para os órgãos sociais. Agora, a CMP deverá enviar o contrato de cedência que pretende que o Es.Col.A assine. O seu conteúdo já foi adiantado em Julho e não é difícil adivinhar dificuldades à sua aprovação em Assembleia, caso exija o pagamento de renda. Certo, é que em 5 de Julho a vereadora do Conhecimento e Coesão Social transmitiu à delegação do Es.Col.A que o regresso à escola era possível mediante a assinatura de um contrato de cedência do edifício. E cedência quer dizer cedência, não quer dizer arrendamento.

Entretanto, o Es.Col.A enviou à CMP os documentos comprovativos da constituição de figura colectiva e aguarda a proposta de contrato para o poder analisar em Assembleia, que, independentemente da constituição da associação, se mantém como único órgão decisório do projecto.

Ou seja, certo, até agora, é que o Es.Col.A está vivo, não desiste e já é um projecto de referência.

Espaço Colectivo Autogestionado do Alto da Fontinha



Le Cirque du Soleil vai regressar a Portugal (Pavilhão do Atlântico, 21 de Dezembro a 8 de Janeiro) para apresentar uma das suas mais populares produções, em exibição há 17 anos – *Alegria* estreou em 1994, por ocasião do 10º aniversário da companhia de origem canadiana, e tem corrido mundo: Nova Iorque, Londres, Paris, Tóquio, Sydney, Rio de Janeiro, entre outras cidades.

O mau uso do poder político é tema principal do espectáculo, que trata da história de um reino em decadência, onde não há rei e, na sua ausência, se inicia uma luta pelo poder.

Enquanto espectáculo, *Alegria* é anunciado como um estado de alma, com múltiplas fontes de inspiração: além da transmissão do poder ao longo dos tempos, são evocadas questões relacionadas com a juventude e a velhice, construindo um universo em que evoluem reis e bobos, mendigos e velhos aristocratas, menestrelis e palhaços – únicos personagens capazes de resistir às mudanças de época e às transformações sociais correspondentes.

Ler diferente, para saber melhor

A situação de crise que vivemos e o aumento das situações de precariedade a ela associadas – Portugal era, em 2010, o terceiro país da União Europeia com maior índice de precariedade laboral – obrigam a uma reflexão informada e tão aprofundada quanto possível, capaz de abrir caminho à descoberta de alternativas a um *status quo* que se afigura como inviável.

Na sequência de uma prática de jornalismo crítico que caracteriza o *Le Monde Diplomatique*, a edição portuguesa editou recentemente dois livros que reúnem um conjunto de artigos já publicados e outros inéditos, sobre os temas da crise e da precariedade.

Portugal e a Europa em crise: para acabar com a economia de austeridade – José Reis e João Rodrigues (org.), Actual Editora, Julho.2011

Precários em Portugal: da fábrica ao call-center – José Nuno Matos, Nuno Domingos e Rahul Kumar (org.), Edições 70, Setembro.2011





A. Rangel

Sinopse para a banda sonora de um filme da crise, recuperada dos despojos do filme de uma revolução com cravos *se alguém se engana | com seu ar sisudo | e lhes franqueia | as portas à chegada | eles comem tudo | e não deixam nada* que prometeram esperança

no céu cinzento | sob o astro mudo | batendo as asas | pela noite calada | **vêm em bandos** | com pés de veludo | **chupar** o sangue | fresco da **manada**

a toda a parte | chegam os vampiros | **poisam nos prédios** | poisam **nas calçadas** | trazem **no ventre** | **despojos antigos** | mas nada os prende | às vidas acabadas

são os **mordomos** | do universo todo | senhores **à força** | mandadores **sem lei** | enchem as tulhas | **bebem** vinho novo | **dançam** a ronda | no pinhal do rei

no chão d**o medo** | tombam **os vencidos** | ouvem-se **os gritos** | **na noite** abafada | jazem **nos fossos** | vítimas dum credo | e não se esgota | **o sangue** da manada
*eles comem **tudo** | e não deixam **nada***

António Baldaia

A partir de "Os Vampiros" de José Afonso



nesta edição

- a abrir
02. **Vinte e seis é que está bem!**
- editorial
03. **Tempo de dificuldades e de desafios**
- acção sindical
04. **1 OUTUBRO: Grande manifestação**
05. **Basta de silêncio e passividade**
06. **Avaliação do desempenho docente: concluído o processo negocial, o que vai mudar, de facto?**
08. **Avaliação nos últimos escalões: polémica e equívocos**
09. **Avaliação em plenários distritais**
10. **Desempregados, mais uma vez**
12. **Finalmente notificado o ex-director da EBI de S. Vicente de Pereira**
13. **Educadoras e professoras discriminadas por maternidade**
- do superior
14. **Financiamento do Ensino Superior: a indignação é possível**
- destaque
16. **Vamos continuar a remar contra a maré!**
- em foco
18. **A Europa dos vampiros**
22. **Ir além das medidas anticrise**
- internacional
24. **6º Congresso da IE**
- divulgação, seguro
26. **O Seguro de Saúde que dá para a Acreditar**
- vemos, ouvimos e lemos
27. **A desordem mundial**
28. **Es.Col.A voltou à Fontinha**
- apostas spn
30. **Alegría no Pavilhão do Atlântico | Ler diferente, para saber melhor**
- a fechar
31. **Sinopse para a banda sonora de um filme da crise, recuperada dos despojos do filme de uma revolução com cravos que prometeram esperança**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXVI · II Série · N.º 48

Setembro 2011 · 2 euros

spninfo@spn.pt